

Entre as imagens reais e projetadas: ressignificando o status das mulheres negras

BETWEEN REAL AND PROJECTED IMAGES: REFRAMING THE STATUS OF BLACK WOMEN

*Aurinete Ferreira Barbosa **

*Claudia Letícia Gonçalves Moraes ***

*Rayanne Caroline Viana Mendes ****

*Sunshine Cristina de Castro Reis Santos *****

RESUMO

A compreensão que temos do mundo sociocultural está assentada na órbita privada, assim com as lentes com as quais observamos o mundo tem um ajuste estrutural e sistêmico. Provocando um diálogo entre as imagens e o imaginário, produto de uma representação sociologia que constrói os olhares que conduzem as escolhas, determinam as regras que governam, estabelecem os padrões relacionais e formatam as percepções comportamentais. Nesse sentido, o presente artigo pretende refletir sobre experiência social de mulheres negras, o impacto das imagens de controle e da violência simbólica, visando conectar o contexto histórico e biográfico à dimensão interpretativa. Para tanto, recorreu-se ao levantamento bibliográfico com o cruzamento do pensamento das intelectuais negras Lélia González, Patrícia Hill Collins e Grada Kilomba, e o conceito de imaginação sociológica desenvolvido por Wright Mills, que aborda uma prática analítica da matriz de pensamento individual e a construção de percepção social coletiva. Desta forma, daremos ênfase à necessidade de investigar a complexa ligação do percurso histórico, o arcabouço social e a vida cotidiana de mulheres negras.

PALAVRAS-CHAVE: Imagens; Imaginário; Mulheres negras.

* Mestranda em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís-MA; aurineteferreira@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/6901552489515442>.

** Professora colaboradora do Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís-MA; claudia.moraes@ufma.br; <http://lattes.cnpq.br/9298773384833958>; <https://orcid.org/0000-0001-9652-3233>.

*** Mestranda em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís-MA; rcv.mendes@discente.ufma.br; <https://lattes.cnpq.br/2024204938627436>; <https://orcid.org/0009-0002-0560-9723>.

**** Mestranda em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís-MA; sunshine.santos@discente.ufma.br; <https://lattes.cnpq.br/2450907707576355>; <https://orcid.org/0000-0001-5684-9247>.

Aurinete Ferreira Barbosa
Claudia Letícia Gonçalves Moraes
Rayanne Caroline Viana Mendes
Sunshine Cristina de Castro Reis Santos

ABSTRACT

Our understanding of the socio-cultural world is based on the private orbit, and the lenses through which we observe the world are structurally and systemically adjusted. This provokes a dialogue between images and the imaginary, the product of a sociological representation that constructs the gazes that lead to choices, determine the rules that govern, establish relational patterns and shape behavioral perceptions. In this sense, this article aims to reflect on the social experience of black women, the impact of images of control and symbolic violence, in order to connect the historical and biographical context to the interpretative dimension. To this end, we have used a bibliographical survey with the intersection of the thinking of black intellectuals Lélia González, Patricia Hill Collins and Grada Kilomba, and the concept of sociological imagination developed by Wright Mills, which addresses an analytical practice of the individual thought matrix and the construction of collective social perception. In this way, we will emphasize the need to investigate the complex connection between history, the social framework and the daily lives of black women.

KEYWORDS: Images; Imaginary; Black women.

Introdução

Refletir a dimensão racial como parte constituinte da sociedade brasileira é fundamental para a identificação das contradições éticas e políticas que estruturam as profundas desigualdades socioculturais de nosso país, considerando o fato de que as articulações tradicionais de dominação e submissão são tecidas em redes extremamente sofísticas, sendo constantemente atualizadas.

O sistema de dominação tem base material e simbólica, sendo alinhavado pelas monoculturas (KILOMBA, 2019), potencializado pelo diálogo entre o capitalismo e o patriarcado. O mecanismo de violação tem suas engrenagens no imaginário coletivo, mas transita pela esfera psíquica, gerando uma ausência de compreensão de si, uma alienação que favorece a hierarquização de saberes, fazeres e existências.

Segundo González (2020) duas categorias podem nos auxiliar a pensar o lugar e não lugar desenhado para população negra, sobretudo para mulheres negras: a categoria de *infans* abordada por Lacan e a de sujeito. O primeiro conceito é constituído pela exclusão, nesse sentido o discurso é invalidado pela justificativa da infantilização, promovendo uma imposição de subjugação dentro da hierarquia social. O segundo conceito estaria pautado no furto da humanidade, visto que o direito de ser sujeito da sua própria história é negado. (GONZÁLEZ, 2020, p. 128)

A autora salienta a importância do caráter político do mundo privado, para um movimento teórico e prático, que estimule o aprendizado de novas formas de ser mulher, sobretudo pensando na dinâmica do ser mulher negra em uma sociedade pautada pelo racismo estrutural e estruturante. Assim, faz-se necessário pensar um movimento que traga as demandas de gêneros, mas que não se estruture de forma daltônica, se estabelecendo a partir de referências que estimulem o esquecimento das questões raciais ao utilizar-se de uma forma de universalismo excludente, que se mantém através do silenciamento sistêmico das minorias majoritárias.

Nesse sentido, a discussão articulada no presente artigo reflete sobre a experiência social de mulheres negras, visando conectar o contexto histórico e biográfico à dimensão interpretativa. Para tanto, recorreu-se ao levantamento bibliográfico com o cruzamento do pensamento das intelectuais negras Lélia González (2020), Patrícia Hill Collins (2019) e Grada Kilomba (2019), e o conceito de imaginação sociológica desenvolvido por Wright Mills, que aborda uma prática analítica da matriz de pensamento individual e a construção de percepção social coletiva.

Abordaremos as problemáticas do repositório cultural e imagético acerca de mulheres negras, visando destacar a necessidade das análises multidimensionais, que abordem as violências estruturais e estruturantes.

Aurinete Ferreira Barbosa
Claudia Letícia Gonçalves Moraes
Rayanne Caroline Viana Mendes
Sunshine Cristina de Castro Reis Santos

1. O Preterimento Multirrelacional

A sociedade brasileira foi engendrada a partir de uma ótica distorcida, um mecanismo alienante que transita entre o passado e presente. A lógica tecida nas relações coloniais sofrem constantes atualizações, uma releitura contemporânea das narrativas de dominação que permanecem pulsantes na mentalidade colonialista e patriarcal.

A manifestação da neurose cultural brasileira, gestada num caldeirão que vivenciou séculos de escravidão, patrimonialismo, machismo estrutural e pretensa “cordialidade”, dentre outros elementos que constituem as ditas “raízes do Brasil” (HOLANDA, 2016) ganhou as urnas, as ruas e as redes sociais nos últimos anos, escancarando a fragilidade da assimilação dos estudos acadêmicos pela população em geral e um sentimento generalizado de descontentamento com as velhas formas de fazer política. Este fato que se materializou em ascensão da extrema direita e prejuízo geral para a população, sobretudo para a população brasileira mais pobre e vulnerabilizada, sinalizou também para a importância do investimento em diálogo acessível, que seja um verdadeiro convite ao conhecimento das estruturas que formatam a nossa existência entrelaçando política e vida cotidiana.

González (2020), a partir de uma visada psicanalítica, caracteriza a neurose cultural como uma construção do ocultamento dos sintomas, um mecanismo que evita o recalque. O mito da democracia social exemplifica com excelência a força simbólica que roteiriza coletividades e subjetividades. Nesse sentido, a autora salienta a importância da compreensão das noções de consciência e memória.

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que

não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. (GONZÁLEZ, 2020 p.78).

Logo, a consciência é a expressão do discurso dominante, uma vez que se impõe como verdade, um exercício de selecionar as memórias que fortalecem as histórias que devem ser preservadas, histórias essas que estão alinhadas aos interesses vigentes, atendendo às demandas do poder hegemônico. O esquecimento, assim, apresenta-se como uma estratégia utilizada para abalizar experiências identitárias fragmentadas, marcadas pela ausência, pelo não reconhecimento e pela invisibilidade.

O slogan de país tropical, ou em outra chave de leitura, de “lusotropicalismo” (FREYRE, 1961), esconde um pensamento e uma prática política social que exclui a população negra do projeto de nação brasileira. Uma estruturação demarcada pela divisão racial do espaço e pela ideologia do branqueamento, ou seja: a internalização e reprodução dos valores da branquitude, negando a sua essência enquanto uma América Africana, isto é, Améfrica Ladina (González, 2020, p.126).

Analizar a sociedade contemporânea, suas formas de dominação, exploração e apropriação, precisa passar pela reflexão da construção do imaginário nacional e, de forma específica na presente discussão, pela construção do imaginário sobre a mulher negra, conforme afirma Lélia Gonzalez: “A mulher negra é responsável pela formação de um inconsciente cultural negro brasileiro” (GONZÁLEZ, 2000, p.68). Nesse sentido a autora se debruça sobre as noções de mulata, empregada doméstica e a mãe preta.

O artigo “Racismo e sexism na cultura brasileira” da intelectual negra brasileira Lélia González ensaia o que a Patricia Hill Collins elaborará como conceito de “imagens de controle”. Segundo a autora, a ideologia generalizada de dominação utiliza a semiótica para definir valores sociais, sendo as imagens um instrumento de poder, cujo objetivo

Aurinete Ferreira Barbosa
Claudia Letícia Gonçalves Moraes
Rayanne Caroline Viana Mendes
Sunshine Cristina de Castro Reis Santos

é apresentar o racismo, o sexismº e outras formas de injustiças sociais como uma expressão orgânica e irrevogável.

As imagens de controle se apresentam como nutriente que fortalece opressões interseccionais, um substrato formado pelo pensamento binário que classifica pessoas e ideias segundo diferenças dicotômicas, tais como mente/corpo, fato/opinião, razão/emoção, sujeito/objeto. Portanto, o binarismo sustenta o processo de hierarquia social, uma vez que estabelece os seres pensantes, os cognoscentes, e os seres passivos de serem estudados, os cognoscíveis.

Segundo Collins (2019), as ideologias colonialistas conceberam imagens de controles que visam um regulamento comportamental e um condicionamento a subordinação de mulheres negras, para assim controlá-las e explorá-las. O regime de dominação imagética em contexto estadunidense foi caracterizado pela autora através de determinadas imagens, tais como a da *mammy*, matriarca negra, a mãe dependente do Estado (*welfare mother*), e da *jezebel/prostituta/hoochie*.

A primeira imagem de controle analisada pela intelectual estadunidense é a da *Mammy*, que seria a serviçal fiel e obediente, que abdica da própria vida para se dedicar à família branca, sobretudo a maternar os filhos da branquitude, um padrão normativo também apresentado por González (2000) no contexto brasileiro, demonstrando a sua relevância para manutenção de opressões interseccionais.

As imagens de controle conduzem o olhar e tratamento direcionado às mulheres, um exemplo do impacto sociocultural ocasionado pelo trabalho mammyficado, evidenciado em um relato feito pela intelectual negra Audre Lorde no texto “Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo”. Onde ressalta:

Empurro minha filha de dois anos dentro de um carrinho de compras em um supermercado em Eastchester, em 1967, e uma menina branca passando por nós no carrinho de sua mãe fala alto, animada: “Olha, Mamãe, uma empregada

bebê!”. E sua mãe diz para você calar a boca, mas não a corrige. (LORDE, 2019, p.158).

A naturalidade exposta na fala de uma criança demonstra o poder da imagem para perpetuação de uma lógica hierárquica. E o comportamento de sua mãe demonstra o desejo de ocultar a exploração econômica de classe social que mantém a sua posição de privilégio concedida pelo uso mão de obra barata.

A segunda imagem de controle é da matriarca preta, um retrato da desumanização direcionada a mulheres negras, uma vez que está assentada no ideal de subserviência, a mulher que forte que dará conta de tudo, “o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZÁLEZ, 2000, p.73). No qual a gestão de cuidado ao outro, nega o direito a vulnerabilidade e a vivenciar a sua subjetividade.

A diferença entre a *mammy* e a matriarca negra, está no direcionamento do cuidado, enquanto a primeira zela uma família branca, a segunda vela os seus. E leitura social também é distinta, enquanto uma é vista como bondosa ou outra recebe a culpabilidade pelas mazelas sociais, consideradas até mesmo como uma “fábrica de desajustados”.

A mãe dependente do estado é a terceira imagem abordada por Collins (2019), que mesmo se referindo ao contexto estadunidense tem diálogo aproximado com a realidade brasileira que manifesta um incômodo gigantesco com os direitos de bem-estar social desenvolvido para mulheres pobres, que em sua maioria são negras. No Brasil, as políticas de redistribuição de renda formuladas pelo Partido dos Trabalhadores, sobretudo o Bolsa Família, são abordadas de forma depreciativa, com objetivo de ridicularizar as mulheres que fazem uso do benefício. Um exercício de estigmatização, que visa colocá-las como culpadas por sua vulnerabilidade social.

Aurinete Ferreira Barbosa
Claudia Letícia Gonçalves Moraes
Rayanne Caroline Viana Mendes
Sunshine Cristina de Castro Reis Santos

A última abordagem descreve a jezebel/prostituta/hoochie. Uma imagem que se conecta com a da mulata brasileira, uma problemática que vai da etimologia da palavra ao marketing turístico, que utilizam imagens de mulheres negras como atrativo cultural. Segundo González (2020) o rito carnavalesco reencena o mito da democracia racial, atualizando com força as violências simbólicas ativadas por esta imagem.

A hipersexualização, a objetificação, a domesticação, a exploração e o silenciamento são algumas das violências promovidas pelas imagens de controle, atualizadas cotidianamente pela mídia, pelas instituições governamentais, pelas universidades e redes sociais. Nesse sentido, a nossa psiquê é formatada para violentar mulheres negras, em todas as dimensões da sua existência, seja por ataques diretos ou sutis.

2. A Perfomance da Violência Simbólica

Analizar imagens de controle é sobretudo refletir sobre a violência simbólica e o poder simbólico. Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2012, p.7-8), a violência simbólica seria caracterizada como uma “violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou em última instância do sentimento”.

Portanto, a violência simbólica se apresentaria como uma força intangível construída no campo da socialização, condicionado ao modo de ver e vivenciar a sociedade. Estabelecendo a adequação mediante códigos coesivos que legitimam as hierarquias relacionais definidas pelas relações de poder, seja vinculada ao capital econômico, político, cultural ou simbólico.

“O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2010, p.7-8). Logo, se designar como os registros das entrelinhas da sociedade na disputa simbólica presente nos símbolos, signos, significados, e no não dito, instrumentos de dominação utilizados para manutenção de desigualdades sociais.

O estudo sobre dominação masculina realizado por Bourdieu exemplifica de maneira contundente a importância de historicizar a dimensão simbólica, as estruturas de pensamento que caracterizam o entendimento posto como natural, visando evitar a contestação, naturalizando as limitações imposta as mulheres. Como destaca o autor:

À dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas (BOURDIEU, 2012, p.82)

A abordagem retratada pelo autor evidencia violências simbólicas na qual mulheres são expostas. Mas torna-se fundamental questionarmos de quais mulheres estamos falando? Tal como fez Sojourner Truth no seu memorável discurso: Eu não sou uma mulher? Onde alegou que o discurso de fraqueza feminina não cabia a ela, visto que, como mulher negra, nunca tinha recebido auxílio para pular uma poça ou subir em uma carruagem.

Arei a terra, plantei, juntei a colheita nos celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! E não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e suportar o chicote também! E não sou uma mulher? Eu parti treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei meu luto de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (DAVIS, 2016, p.71)

Aurinete Ferreira Barbosa
Claudia Letícia Gonçalves Moraes
Rayanne Caroline Viana Mendes
Sunshine Cristina de Castro Reis Santos

Por esse ângulo observamos que a experiência de mulheres negras é extremamente distinta. Compreender estas mulheres no mundo é reconhecer uma dinâmica muito mais complexa do que ser apenas um objeto simbólico, é reconhecer o que Audre Lorde (2019) coloca como sobrevivência pelo aprendizado dos modos de agir e existir fora da estrutura vigente.

Aquelas entre nós que estão fora do círculo do que a sociedade julga como mulheres aceitáveis; aquelas de nós forjadas nos cadiinhos da diferença - aquelas de nós que são pobres, que são lésbicas, que são negras, que são mais velhas - sabem que *a sobrevivência não é uma habilidade acadêmica*. É aprender a estar só, a ser impopular e às vezes hostilizada, e a unir forças com outras que também se identifiquem como estando de fora das estruturas vigentes para definir e buscar um mundo em que todas possamos florescer. Pois as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica. E isso só é ameaçador para aquelas mulheres que ainda consideram a casa-grande como sua única fonte de apoio. (LORDE, 2019, p. 137)

Seguindo este pressuposto, é necessário que se pense qual seriam as tecnologias ancestrais com força suficiente para inviabilizar a dominação das tecnologias de poder disciplinadoras e opressoras. Posto que, conforme descrito por Kilomba (2019), a vivência de mulheres negras passa pelo silenciamento, políticas espaciais, políticas do cabelo, políticas sexuais, políticas da pele e até mesmo pela necessidade de performar a negritude.

O silêncio que marca as conexões estabelecidas por mulheres negras não é visto pela autora como a ausência de articulação verbal, mas uma imposição estrutural que impossibilita que essas vozes sejam ouvidas. A regulação do discurso é uma violência que permeia as relações afetivas, acadêmicas e profissionais, reverberando em exaustão, em medo de expressão, muita vezes até lido como timidez.

A fala para mulheres negras é uma prática de resistência, é rasgar o roteiro da colonialidade, é entender a importância de escrita marginal, ainda que ela tenha o medo como companhia. Como ressalta a autora: “Às vezes, escrever se transforma em medo. Temo escrever, pois mal sei se as palavras que estou usando são minha salvação ou minha desonra. Parece que tudo ao redor era, e ainda é, colonialismo. (KILOMBA, 2019, p.66).

No que tange as políticas espaciais, estas são caracterizadas pela autora como um confinamento fantasioso de dominação que interliga raça e territorialidade, presente na suposta incompatibilidade do que se comprehende como identidade nacional. Uma assimetria de poder que se apresenta como diferença cultural, onde o sujeito preto é visto através de uma imagem alienante, um corpo dissidente.

As políticas espaciais incidem sobre mulheres negras sempre que elas são vistas como não pertencentes a um determinado lugar ou direcionadas a ocupar o lugar de subordinação. “Ser vista e questionada são formas de controle que, certamente, incorporam o poder” (KILOMBA, 2019, p.115). Nesse sentido, a violência não se esculpe apenas no insulto, mas na forma de olhar.

A invasão do corpo de mulheres negras é recorrente e dar-se entre outras formas pela política do cabelo. A subjetividade é posta como diferença, como o aval para invadir, uma liberdade definida pelo padrão dominante, adquirido pela visão normatividade que a branquitude tem sobre si. O conforto em tocar o cabelo de uma mulher negra e fazer questionamentos grotescos está arraigado no projeto colonial que busca incessantemente justificativas para domesticar e civilizar.

No que concerne às políticas sexuais, podemos comprehendê-las como normas que orientam as vivências afetivas-sexuais, ou seja, o modo de enxergar, expressar e experienciar o afeto, o desejo, o sexo e o amor propriamente dito. Um arranjo distinto para as mulheres negras, uma vez

Aurinete Ferreira Barbosa
Claudia Letícia Gonçalves Moraes
Rayanne Caroline Viana Mendes
Sunshine Cristina de Castro Reis Santos

que transita entre a hipersexualização, objetificação e até mesmo a dessexualização, visto que nem toda mulher negra performa a “mulata”.

A maneira violenta que os laços de afeição indiciam na corporeidade das mulheres não brancas passa pelo receio de vivenciar a própria sexualidade e alimentar os estereótipos socioculturais, podendo restringir a conduta e limitar a experiência erótica. Uma problemática sinalizada por Lorde (2019) que ressalta que o sexismo trabalha para limitar o gozo, trata o erótico e o pornográfico como sinônimos, evitando o poder criativo presente no erótico.

O preterimento é outro aspecto que compõe as políticas sexuais, perpetuando a lógica de que mulheres negras não são feitas para amor, para constituir família, integrando o imaginário de subserviência que olha para elas somente pela ótica utilitária. A campanha realizada pelo Movimento Negro Unificado (1991) que traz em seu jornal uma fotografia de casal negro se beijando, acompanhado pela seguinte frase “Reaja à Violência Racial: beije sua preta em praça pública”, representa a importância da conscientização das opressões no campo da afetividade.

Kilomba (2019) faz uma reflexão importantíssima sobre a leitura da sexualidade de mulheres negras feita por mulheres brancas. Expondo com alguns relatos o sentimento de ameaça nutrido, mesmo vivenciando o prestígio em várias esferas, e quando falamos de prestígio não anulamos as opressões de gênero, mas estamos nos referindo a privilégios sociais presentes no olhar, no tratamento e na existência de forma geral.

A síndrome da sinhá é manifesta sempre que a mulher branca constrói uma narrativa de disputa, uma histeria que esvazia todo o discurso de sororidade. Uma vez que própria existência da mulher negra incomoda e é dita como ameaça para seu conto de fadas, para seu ideal de família, principalmente quando a fabulação visa objetificar um homem preto.

Quando se trata sobre a política da pele, Kilomba (2019) faz uma abordagem que pode de imediato ser associado ao conceito

pigmentocracia, mas tem uma análise sutil, abordando os meandros do racismo nas relações afetivas e as microagressões cotidianas. A invisibilidade do visível, ou seja, a necessidade de invalidar a negritude de alguém para positivar a sua leitura sobre ele. “Bom, mas para mim você não é negra!” (KILOMBA, 2019, p.145), permitindo assim que sentimento positivo direcionado um sujeito negro se mantenha intacto, enquanto o seu racismo é projeto aos outros. Uma violência simbólica que também foi descrita pela autora, é a imposição da performance da negritude, o cargo de representante da “raça”, uma inclusão que carrega o peso da representação dos excluídos. Este contexto estimula o processo de autoagressão negando a possibilidade do erro.

Um “esquema racial” inscrito na pele e que nos guia através do espaço. Memórias, lendas, piadas, comentários, histórias, mitos, experiências, insultos, tudo isso inscrito simbolicamente na superfície da nossa pele, nos dizendo onde sentar e onde não, aonde ir e aonde não, com quem falar e com quem não falar. (KILOMBA, 2019, p.174)

A imposição da performance da excelência é uma assimilação desumanizante do discurso da branquitude, sendo uma tentativa de dissociação da imagem estereotipada da negritude. É uma forma inconsciente de dizer: eu sou perfeito, mesmo sendo negro. A leitura social que estabelece uma negatividade a incorporação da negritude e uma positividade ao processo de embranquecimento deixam marcas na psique de pessoas negras, que não são simples de serem identificadas, e muito menos elaboradas.

3. Uma Revolução Assentada em uma Imaginação Sociológica

Segundo Mills (1975) a Imaginação Sociológica é uma metodologia que nos permite entender a realidade cotidiana por meio de

Aurinete Ferreira Barbosa
Claudia Letícia Gonçalves Moraes
Rayanne Caroline Viana Mendes
Sunshine Cristina de Castro Reis Santos

três eixos, sendo eles a realidade, a história e a biografia. Onde essas realidades históricas são oposição de uma lenda que através da biografia determina por meio de escrito a vida de um indivíduo. E esses três eixos fazem com que o sociólogo se torne um artesão intelectual a partir de suas leituras e observações.

De acordo com Burawoy (2010), Mills celebrava o sociólogo enquanto artesão, o qual desenvolvia a teoria sociológica através do envolvimento com os dados empíricos sociais. “A conexão entre o sociólogo como artesão e o intelectual independente seria feita pela noção de imaginação sociológica que, como sabemos, transforma problemas privados em questões públicas”. (BURAWOY, 2010, p.167). Logo, a maneira como se percebe que a intimidade da vida está relacionada a situações sociais mais amplas.

A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e apara a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais. (MILLS, 1975, p.11)

Os indivíduos tendem a analisar as situações do seu cotidiano conforme o contexto que estão inseridos e são influenciados pela sua história, esses indivíduos são agentes estruturantes dos seus espaços sociais. Nesse sentido, o autor ressalta que:

Chegamos a saber que todo indivíduo vive, de uma geração até a seguinte, numa determinada sociedade; que vive uma biografia, e que vive dentro de uma sequência histórica. E pelo fato de viver, contribui, por menos que seja, para o condicionamento dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo, em que é condicionado pela sociedade e pelo seu processo histórico (MILLS, 1975, p. 12).

Percebe-se que a imaginação sociológica é história geral da vida do indivíduo e de uma estrutura social (MILLS,1975, p.14) “que por meio

da imaginação sociológica os homens esperam, hoje perceber o que está acontecendo com eles, como minúsculos pontos de cruzamento da biografia e da história, dentro da sociedade”, se cruzam e se busca entender se é necessário analisar todo o contexto que se está inserido na sociedade e se esse contexto vai interferir na sua realidade.

Mills (1975, p.17) faz o seguinte questionamento “Quais as principais questões públicas para as coletividades e as preocupações-chave dos indivíduos em nossa sociedade?”. Para essa pergunta podemos pensar na trajetória de mulheres negras na sociedade brasileira, que mesmo sofrendo múltiplas opressões, desenvolveram ao longo da história tecnologias de resistência.

Para González (2020) a imagem subserviente que pairava sobre a mãe preta, no imaginário coletivo, é justamente a que vai dar a rasteira na raça dominante, pois a mãe preta é a responsável pela formação cultural brasileiro, tornando a cultura brasileira eminentemente negra, cuja língua é o português. Nesse sentido, podemos utilizar própria trajetória de vida da autora para exemplificar que nunca existiu passividade diante das violências sistêmicas, mas mulheres negras sempre traçaram rotas de fuga.

A matriz de pensamento de Lélia González é articulada como a corporificação de uma intelectualidade orgânica, estabelecida a partir do tensionamento dos conhecimentos academicista. Com uma escrita provocativa, permeada de ironia, a intelectual negra tece críticas contundentes para a percepção analítica sobre a formação nacional, contribuindo de maneira peculiar para a formação da consciência de gênero e raça, demarcando a necessidade de uma investigação interseccional. A autora apresenta as nuances da disputa do capital político, das narrativas e da cognição, debruçando-se no cruzamento diaspórico, visando promover um letramento emancipatório.

Aurinete Ferreira Barbosa
Claudia Letícia Gonçalves Moraes
Rayanne Caroline Viana Mendes
Sunshine Cristina de Castro Reis Santos

Logo, podemos salientar que a imaginação sociológica é a busca para exercitar a nossa racionalidade, para compreender um cenário mais amplo. Visto que a ausência da complexa conexão entre pessoal e social nos leva a desenvolver uma percepção superficial e até mesmo alienante da realidade, o que leva, assim, à necessidade de construção de um olhar cuidadoso, capaz de identificar os detalhes sutis da problemática que estamos analisando. A proposta do autor é estimular a criatividade para questionar a realidade, a sociedade, e a si mesmo. Dessa maneira a imaginação sociológica se apresenta como uma potente arma política para a emancipação, se estabelecendo através da contranarrativa na arte, cultura e mídia.

A mulher negra, por se localizar interseccionada por gênero, classe e raça, necessita que se entenda as performances que assume como encruzilhadas, pois “a cultura negra é uma cultura de encruzilhada” (MARTINS, 2021. p. 50). Assim, seu performar significa multiplicidade.

Da esfera do rito e, portanto, da performance, a encruzilhada é lugar radical de centramento e descentramento, interseções e desvios, textos e traduções, confluências e alterações, influências e divergências, fusões e rupturas, multiplicidade e convergência, unidade e pluralidade, origem e disseminação. Operadora de linguagens performáticas e também discursivas, a encruzilhada, como lugar terceiro, é geratriz de produção sínica diversificada e, portanto, de sentido plurais. Nessa concepção de encruzilhada destaca-se, ainda, a natureza cinética e deslizante dessa instância enunciativa e performativa dos saberes ali instituídos. (MARTINS, 2021, p. 50).

Neste sentido, as práticas performáticas dizem respeito a essa compreensão plural que não concebe apenas uma história como verdade, mas entende que na expressão das ações dos corpos, nas performances que executam, são compostas de um encruzilhamento de histórias e saberes.

A partir de Martins (2021) é possível entender que mulheres negras, dentro das diversas interseccionalidades de suas vidas, performam para atender a contextos opressores, com tecnologias que os sujeitam a um

disciplinamento confortável à manutenção das relações de poder. No entanto, é importante salientar que decorrem das tecnologias ancestrais a força vital que cria espaços de possibilidade de resistência e garante que este grupo social siga no enfrentamento as tecnologias de controle.

As tecnologias ancestrais aqui entendidas como “tecnologias simbólicas que foram pensadas por antepassados e antepassadas com o objetivo de enfrentar de forma estratégica questões próprias do seu tempo” (SOUTO, 2021, p. 154). Desta forma, o que se propõe é o aquilombamento apresentado por Beatriz Nascimento (2018), que demarca a organização dos grupos sociais negros a partir da perspectiva de uma estrutura social externa ao contexto de opressão, uma vivência autônoma e articulada (NASCIMENTO, 2018).

Portando aguçar a cognição do eu enquanto produto histórico caracterizado sociologicamente é comprovar que os aspectos emocionais e psicológicos presente nas nossas escolhas e preferencias não são meramente identitário e muito menos fixo. Uma vez que, ao mesmo tempo que podemos ser determinados por valores de outra época, podemos construir novos valores.

Considerações Finais

Tencionar estruturas simbólicas, seja no âmbito imagético ou discursivo, é um desafio histórico e contemporâneo, pois as imagens e as narrativas sempre estiveram em disputa e sempre estarão. Nesse sentido, refletir sobre imagens reais e projetadas, é fomentar um processo de ruptura com a alienação, estimulando a decolonização sociocultural e subjetiva.

A sociedade de forma geral tem dificuldade de olhar para mulheres negras como sujeitas. Uma vez que esse movimento implica em

Aurinete Ferreira Barbosa
Claudia Letícia Gonçalves Moraes
Rayanne Caroline Viana Mendes
Sunshine Cristina de Castro Reis Santos

abortar a visão estereotipada construída e preservada por séculos. E principalmente por requerer um exercício crítico de se ver como agente reprodutor de violências sistêmicas.

Abortar o desejo de colonizar, domesticar, usar e descartar mulheres negras, requer uma disposição e um investimento que compromete o conforto dos que se beneficiam com a lógica utilitária presente nas relações de poder que retroalimentas as imagens de controle e as violências simbólicas.

Portando, construir uma imaginação sociológica que confronte as opressões interseccionais, deve ser um comprometimento de toda a sociedade, visando garantir o bem viver de mulheres negras, tanto por meio de políticas públicas como por ações cotidianas, ou seja, no aspecto público e privado. Tecendo a humanização em todas as relações, possibilitando que sejam vistas na subjetiva e compreendidas na sua complexidade.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução: Fernando Tomaz-
11ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BURAWOY, Michael. O marxismo encontra Bourdieu. Organizador:
Ruy Gomes Braga Neto; Tradução, referências bibliográficas e notas:
Fernando Rogério Jardim. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp,
2010.

Entre as imagens reais e projetadas: ressignificando o status das mulheres negras

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREYRE, Gilberto. O luso e o trópico, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos / organização Flavia Rios, Márcia Lima. — 1a ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Edição crítica Schwartz, Lilia Moritz; Monteiro, Pedro Meira. Estabelecimento de texto e notas Mauricio Acuña e Marcelo Diego. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. Irmã outsider / Audre Lorde; tradução Stephanie Borges. -- 1. ed. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MILLS, C. Wright. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 [1959].

NASCIMENTO, M. Beatriz. Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

Aurinete Ferreira Barbosa
Claudia Letícia Gonçalves Moraes
Rayanne Caroline Viana Mendes
Sunshine Cristina de Castro Reis Santos

SOUTO, Stéfane. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. In: Periódico Políticas Culturais em Revista. Salvador: v.14, n. 2, p. 142-159, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/44151/25350>. Acesso em: dezembro, 2023.